

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores representantes do Acionista,

A DME Energética S.A. - DMEE (“Companhia” ou “DMEE”) submete, à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

**1 Comercialização de Energia**

Em 2023, a DMEE forneceu 445.137,71 MWh, sendo 175.200,00 MWh negociados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), 229.256,27 no Ambiente de Contratação Livre (ACL), e 40.681,44 MWh entregues no regime de cotas, disciplinado pela Lei nº 12.783/2013. No ano de 2023, a DMEE continuou prestando serviços de representação de clientes livres perante à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, compreendendo, desde o assessoramento no processo de migração do cliente e contratação de energia, até a realização das atividades periódicas, bem como serviço de intermediação para aquisição de energia por estes clientes, sendo remunerada pela energia negociada.

**2 Empreendimentos**

Em 2023, a DMEE deu continuidade aos estudos e ações, tais como:

- Estudos e ações (aquisição fundiária, licenciamento ambiental, etc.) para implantação de novas centrais hidrelétricas (PCH's/CGH's), nos Rios Pardo, Verde e Capivari, conforme estudo de inventário aprovado pela ANEEL;
- Processo licitatório para construção de Planta Solar 5MW;
- Fabricação de Hidrogerador para a CGH Cipó;
- Projeto básico e executivo da CGH Cipó;
- Prospeção de novos negócios nos segmentos de geração e transmissão, visando o crescimento dos ativos da DMEE;
- Protocolização de pedido de Licença Prévia (LP) da CGH Fervedor;
- Obtenção de Licença Prévia (LP) da PCH Marambaia;
- Obtenção da Licença de Instalação e de Operação da CGH Cipó;
- Construção de Micro Geração Solar na área da PCH Padre Carlos (Rolador);
- Contratação de empresa para a elaboração de projeto executivo da Planta Solar de 5MW, a ser construída na zona sul de Poços de Caldas;
- Contratação de empresa para revisão do projeto básico da PCH Boa Vista;
- Obtenção/ renovação de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB) de ativos de geração;
- Prestação de Serviços para a Prefeitura de Poços de Caldas referentes a modernização do sistema de iluminação pública do Município de Poços de Caldas com instalação de luminárias em LED, e;
- Prestação de serviços para a Prefeitura de Poços de Caldas referentes a Operação e Manutenção do Sistema de Iluminação Pública do município.

**Desempenho Econômico-Financeiro**

A Receita Operacional Bruta encerrou 2023 com R\$ 113,37 milhões, uma diminuição de 22,12% ante o mesmo período de 2022, em decorrência da redução da atividade de compra e venda de energia para terceiros, com a consequente redução do montante negociado, em razão do valor de venda de energia em reais por megawatt hora (R\$/MWh). O Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), teve como valor médio em 2023 R\$ 72,17, ante R\$ 58,98 em 2022. As Deduções finalizaram-se em R\$ 12,93 milhões, decréscimo de 18,44% com relação ao Exercício anterior, encerrando assim a Receita Operacional Líquida em R\$ 100,43 milhões, 22,57% menor com relação ao Exercício de 2022. As despesas e os gastos operacionais totalizaram, em 2023, R\$ 33,81 milhões, 45,49% inferior em relação à 2022, decorrente principalmente pela oscilação apresentada na compra de energia, com menor aquisição de energia de terceiros para cobertura das exposições ao mercado de curto prazo e destinadas às operações de compra e venda para obtenção de Spread, assim como a diminuição do custo da Energia adquirida da Barra Grande Energia - BAESA.

A deflação em alguns meses do ano de 2023, principalmente o índice IGP-M, impactou para o resultado da companhia, sendo que os índices IPCA e IGPIM são utilizados para atualização do saldo do Uso do Bem Público (UBP).

Diante aos fatos, o lucro líquido referente ao exercício de 2023 foi de R\$ 89,27 milhões, ante R\$ 64,53 milhões em 2022, apresentando um acréscimo de 38,33%.

**3. Agradecimentos**

Consignamos nossos agradecimentos aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal pelo zelo e atenção que têm dedicado às questões inerentes à DMEE.

Da mesma forma, expressamos nossos agradecimentos aos fornecedores, prestadores de serviços, clientes e, em especial, aos órgãos estatutários e colaboradores das Empresas DME pelo comprometimento com os ideais e princípios defendidos pela Companhia e pelo empenho na concretização de todas as conquistas e feitos até aqui realizados.

Poços de Caldas, 27 de março de 2024.

Marcelo Dias Loichate - Diretor Superintendente

Marcos Rogério Alvim - Diretor Comercial-Financeiro

Marco César Castro de Oliveira - Diretor Técnico

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da DME Energética S.A. - DMEE - Poços de Caldas - Minas Gerais

**Opinião com ressalvas**

Examinamos as demonstrações financeiras da DME Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DME Energética S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acord com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião com ressalva**

**Registro do uso do bem público em coligada**

A coligada Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC) registrou o valor da obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público (UBP), de forma prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2015. Até aquele exercício, o registro contábil estava sendo feito pelo regime de caixa quando do pagamento das parcelas mensais, iniciadas em julho de 2010. As características do contrato de concessão da coligada requerem o registro da obrigação do UBP em contrapartida do ativo intangível (direito de concessão) na data da assinatura do contrato de concessão (ocorrido em 2001). Como consequência, em 31 de dezembro de 2023, o investimento nessa coligada e o patrimônio líquido estão superavaliados em R\$19.837 mil (R\$ 21.011 mil em 31 de dezembro de 2022) e o resultado de equivalência patrimonial no resultado do exercício findo nessa data está subavaliado em R\$ 1.174 mil (subavaliado em R\$ 1.440 mil em 31 de dezembro de 2022).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Outros assuntos**

**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto incluído na seção “Base para opinião com ressalva” acima, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeira, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar tal fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, há desvios contábeis decorrentes do seguinte tema: o investimento e o resultado de equivalência patrimonial decorrentes de participação na coligada Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC) estão superavaliados por R\$19.837. mil e subavaliado por R\$1.174. mil, respectivamente. Essa ressalva afeta significativamente a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Portanto, concluímos que as outras informações que compreendem o Relatório da Administração apresentam distorção relevante pelas mesmas razões com relação aos valores e outros aspectos descritos na seção “Base para opinião com ressalva”.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 21 de março de 2024.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC-SP SP-027623/F

Marcos Roberto Sponchiado - Contador CRC-SP175536/O

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	348.020	298.025
Contas a receber	5	11.834	14.895
Serviços em curso		1.792	1.720
Tributos e contribuições sociais compensáveis		10.553	5.064
Estoque		2.530	3.922
Despesas pagas antecipadamente		88	104
Outros créditos	6	9.135	7.300
		383.952	331.030
Não circulante			
Depósitos judiciais e cauções		13	913
Créditos a receber - PMPC CIP		-	3.754
Tributos diferidos	20	7.258	7.425
Investimentos	8	79.831	99.069
Imobilizado	9	98.799	99.981
Intangível	10	75.065	79.996
		260.966	291.138
		644.918	622.168
	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		4.468	8.354
Fornecedores - partes relacionadas	7	2	2
Folha de pagamento		257	231
Impostos e contribuições sociais	12	8.245	4.446
Dividendos a pagar		7.461	-
Encargos setoriais		1.641	1.414
Obrigações estimadas		1.249	1.182
Uso do bem público – CESAP	11	18.392	18.488
Outros passivos circulantes		61	67
		41.776	34.184
Não circulante			
Uso do bem público – CESAP	11	224.351	238.394
Provisão para litígios	21	1.113	318
Fornecedores		23	4.949
Outras contas a pagar		-	5
		225.487	243.666
		267.263	277.850
Patrimônio líquido			
Capital social	13	254.431	254.431
Reserva legal		24.745	20.282
Reserva de lucros		77.277	54.278
Dividendos adicionais		21.202	15.327
		377.655	344.318
		644.918	622.168
Total do patrimônio líquido e passivo			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	14	100.434	129.705
Custos operacionais	15	(16.348)	(16.381)
Energia elétrica comprada	16	(7.592)	(33.502)
Lucro bruto		76.494	79.822
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(9.866)	(12.132)
Outras (despesas) receitas, líquidas	18	1.622	2.836
Resultado de equivalência patrimonial	8	15.096	6.568
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		83.346	77.094







	2023	2022
Light Serviços de Eletricidade S/A	635	579
Focus Energia Ltda	602	-
Prime Energy Comercializadora de Energia Ltda	595	-
COELBA - Cia. Elétrica do Estado da Bahia	546	519
Kroma Comercializadora de Energia Ltda	543	357
CELPE - Cia Energética de Pernambuco	525	474
Apuração Regime de Cotas de Garantia - Antas I	503	565
CELPA - Centrais Elétricas do Pará S/A	466	455
Elektro Redes S/A	399	338
EDP Espírito Santo Distribuição Energia S.A	332	267
COELCE - Cia. Energética do Ceará	320	302
EDP São Paulo Distribuição Energia S.A	315	297
Equatorial Piaui Distribuidora de Energia S.A	292	278
CEMIG Distribuição S/A	285	279
COSERN - Cia. Energética do Rio Grande do Norte	196	187
Ampla Energia e Serviços S/A	185	172
Companhia Estadual de Distribuição de Energia	170	162
Equatorial Goias Distribuidora de Energia s.A	152	-
Lamesa Cabos Elétricos Ltda	142	156
Energisa Mato Grosso do Sul S/A	135	124
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A	118	114
Boven Comercializadora de Energia Ltda	113	25
Companhia Paulista de Força e Luz	106	101
Energisa Paraíba Distrib. Energia S/A	95	82
Energisa Sergipe Distrib. Energia S/A	61	59
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A	50	47
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A	22	22
Newcom Comercializadora de Energia Elétrica	-	1.970
Comerc.Com. Energia Elétrica Ltda	-	1.606
Gold Comercializadora de Energia Ltda	-	1.298
Trinity Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	-	839
IBS Comercializadora Ltda	-	710
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	-	531
Valgroup MG Industria R-PET Ltda	-	223
CELG Distribuição S/A	-	138
Safira Varejo Comercialização de Energia Ltda	-	88
Energisa Borborema Distrib. Energia S/A	-	12
	11.834	14.895

Refere-se, basicamente, a saldo a receber decorrentes dos suprimentos de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a abertura das contas a receber por idade de vencimento, era como segue:

	2023	2022
A vencer	11.834	14.895
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
Há mais de 90 dias	-	-
	11.834	14.895
	11.834	14.895

O prazo médio do contas a receber é de aproximadamente 30 (trinta) dias. A DMEE avaliou os saldos do contas a receber dos clientes e julgou não haver riscos relevantes de perdas nestes créditos, portanto, não existe necessidade de constituição de provisão de devedores duvidosos.

	2023	2022
Serviços prestados a terceiros	2	2
Empregados	44	16
Dividendos a receber de coligada	2.381	591
Adiantamento a fornecedores	2.214	1.781
Prefeitura Municipal de Poços de Caldas - IP (1)	4.153	8.372
Outros	341	292
	9.135	11.054

Circulante 9.135 7.300  
Não circulante - 3.754

(1) Em janeiro de 2022 foi firmado entre a DMEE e a empresa Ilumatic S/A, o Contrato de Fornecimento nº 001/2022, cujo objeto se refere a aquisição de luminárias de LED para o Projeto Poços 100% LED. Para este projeto estão sendo utilizados recursos da Contribuição de Iluminação Pública - CIP, os quais serão ressarcidos a DMEE durante o prazo de 36 meses, a encerrar-se inicialmente em janeiro de 2025.

Em julho de 2023 foi realizado entre a DMEE e a empresa Ilumatic S/A, o 4º Termo Aditivo ao contrato de fornecimento nº 001/2022, cujo objeto se refere a supressão quantitativa de R\$ 333.453,87 equivalente a 2,58% do valor total do contrato (R\$ 12.939.108,83 - considerando o valor originário menos os equilíbrios em razão da variação do IPI), em razão de desconto concedido pela contratada pela antecipação do pagamento das 06 (seis) últimas parcelas devidas, passando o prazo de encerramento de janeiro de 2025 para julho de 2024.

	2023	2022
Passivo circulante:		
Barra Grande Energia S.A. (a)	2	2
	2	2
Custo:		
Barra Grande Energia S.A. (a)	18	4.074

(a) Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a Energética Barra Grande S.A. - BAESA, na qualidade de vendedora, e a DMEE, na qualidade de compradora, tendo por objeto a compra e venda da energia gerada na UHE Barra Grande, o qual deverá vigorar até o fim da concessão da usina. A DMEE deverá adquirir o montante de garantia física proporcional a sua participação na BAESA, em condições de preço definidas entre as partes.

Profissionais-chaves da Administração

A Companhia considerou como “profissionais-chave” os integrantes da sua Diretoria Executiva, composto pelo Diretor Superintendente, Diretor Comercial-Financeiro, Diretor Técnico, Comitê de Auditoria e Conselheiros, para o exercício de 2023.

Durante os exercícios de 2023 e 2022 a remuneração da Diretoria Executiva que incluiu salários, abono de férias, 13º salário, e outros benefícios e do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, foi apropriada como despesa, no montante de R\$2.527 em 2023 (R\$2.407 em 2022).

	2023	2022
Participações Societárias Permanente		
Baesa - Barra Grande Energia S.A.	41.977	46.951
SEFAC - Serra do Fação Energia S.A.	13.865	32.573
ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.	23.989	19.545
	79.831	99.069

b) Dados sobre as participações societárias avaliadas por equivalência patrimonial

	2023	2022					
Em milhares de reais	Participação%	Quantidade de ações	Total do ativo	Patrimôni o líquido	Lucro (prejuízo)	Equivalência patrimonial 2023	Equivalência patrimonial 2022
Baesa - Energética Barra Grande S.A.	8,8189%	398.381.000	1.099.553	475.986	(12.410)	(1.094)	(642)
SEFAC - Serra do Fação Energia S.A.	11,0133%	282.368.000	2.305.819	61.423	73.935	8.142	993
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU	14,3807%	34.895.364	176.846	153.231	55.963	8.048	6.217
						15.096	6.568

Não obstante a Companhia possuir menos de que 20% do capital votante das coligadas Energética Barra Grande S.A. (BAESA), Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (ETAU) e Serra do Fação Energia S.A. (SEFAC), a Companhia entende que possui uma influência significativa, dada sua representatividade no Conselho de Administração das investidas.

Nenhuma das coligadas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

As movimentações estão apresentadas a seguir:

	Saldos 2022	Equivalência patrimonial	Dividendos 2023	Amortização Intangível	Ativo Intangível/ aquisição/ acionária	Saldo 2023
BAESA	46.951	(1.094)	(3.880)	-	-	41.977
SEFAC (1)	25.055	8.142	(26.432)	-	-	6.765
ETAU	17.373	8.048	(3.385)	-	-	22.036
ETAU - ativo intangível	2.170	-	-	(217)	-	1.953
SEFAC - ativo intangível	7.520	-	-	(420)	-	7.100
	99.069	15.096	(33.697)	(637)	-	79.831
	99.069	15.096	(33.697)	(637)	-	79.831

	Saldos 2021	Equivalência patrimonial	Dividendos 2022	Amortização Intangível	Ativo Intangível/ aquisição/ acionária	Saldo 2022
BAESA	57.127	(642)	(9.534)	-	-	46.951
SEFAC (b)	24.062	993	-	-	-	25.055
ETAU (a)	13.972	6.217	(2.816)	-	-	17.373
ETAU - ativo intangível (a.1)	2.387	-	-	(217)	-	2.170
SEFAC - ativo intangível (b.2)	7.939	-	-	(419)	-	7.520
	105.487	6.568	(12.350)	(636)	-	99.069
	105.487	6.568	(12.350)	(636)	-	99.069

(1) No empreendimento Serra do Fação S.A., foram operacionalizadas reduções de capital que totalizaram R\$ 240 milhões no exercício, sendo o assim, a DMEE recebeu dividendos provenientes de sua participação no SEFAC que totalizaram R\$26.432.

A operação foi realizada, uma vez, que o SEFAC efetuou liquidação antecipada do seu financiamento no BNDES, onde o tema da redução de capital foi retomado, abrangendo análises econômico-financeiras pertinentes à operação. Após a aprovação do tema pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e ANEEL (através do Despacho nº 2.792 da SFF), o assunto foi encaminhado para apreciação dos Acionistas.

A redução de capital no valor de R\$150 milhões proposta pela Administração foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) por maioria absoluta, conforme reunião realizada na data de 13 de abril de 2023. Os recursos financeiros foram transferidos em 30 de junho de 2023, concluindo o processo. Em 1º de agosto de 2023 foi enviada correspondência à ANEEL solicitando a anuência prévia por parte daquela Agência para a segunda redução de capital no valor de R\$90 milhões proposta pela Administração. A ANEEL anuiu a redução de capital conforme Despacho nº 3.280 de 04 de setembro de 2023 e a Companhia operacionalizou a referida operação no quarto trimestre de 2023, uma vez que o tema foi encaminhado para análise e deliberação dos Acionistas através de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada no mês de outubro de 2023. Os recursos financeiros foram transferidos em 18 de dezembro de 2023, concluindo assim o segundo processo de redução de capital.

	2023	2022
Caixa e bancos	90	122
Aplicações financeiras - CDB pré-fixado	347.930	297.903
	348.020	298.025

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério pro rata, que equivalem aos seus valores de mercado. As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo aplicadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	2023	2022
Eletrópolis Metropolitana Eletr. De São Paulo	924	856
Serra do Fação S.A	832	-
EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda	799	-
Copel Distribuição S/A	696	663
Eneva Comercializadora de Energia Ltda	680	-



Administração:				
Terrenos	n.a.	356	-	356
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	1.286	(809)	477
Máquinas e equipamentos	6,25%	1.423	(805)	618
Móveis e utensílios	6,25%	283	(240)	43
Veículos	14,29%	463	(299)	164
<b>Total do imobilizado – administração</b>		<b>3.811</b>	<b>(2.153)</b>	<b>1.658</b>
				1.809
<b>Total do imobilizado</b>		<b>164.540</b>	<b>(65.741)</b>	<b>98.799</b>
				99.981

a) Composição do imobilizado de acordo com as unidades de cadastro da Resolução Normativa da ANEEL nº 674/2015

	Custo de aquisição	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	
			2023	2022
Ativo imobilizado em serviço				
Geração	150.586	(63.588)	86.998	89.630
Administração	3.811	(2.153)	1.658	1.809
	154.397	(65.741)	88.656	91.439

Ativo imobilizado em curso				
Geração	10.143	-	10.143	7.775
Administração	-	-	-	767
	10.143	-	10.143	8.542
	164.540	(65.741)	98.799	99.981

	Custo de aquisição	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	
			2022	2021
Ativo imobilizado em serviço				
Geração	149.455	(59.825)	89.630	91.513
Administração	3.718	(1.909)	1.809	1.969
	153.173	(61.734)	91.439	93.482

Ativo imobilizado em curso				
Geração	7.775	-	7.775	6.684
Administração	767	-	767	226
	8.542	-	8.542	6.910
	161.715	(61.734)	99.981	100.392

b) Movimentação do custo do ativo imobilizado em serviços e administração

	2022	Adições	Baixas	Transferências	2023
Terrenos	2.407	-	-	460	2.867
Edificações, obras civis e benfeitorias	23.222	-	-	-	23.222
Máquinas e equipamentos	73.357	-	(151)	912	74.118
Reservatórios, barragens e adutoras	83.741	-	-	-	83.741
Veículos	585	-	-	1	586
Móveis e utensílios	406	-	(11)	14	409
Sistema Transmissão e Conexão	1.088	-	-	-	1.088
(-) Provisão do Valor Recuperável dos Bens Indenizados - Antas I	(31.634)	-	-	-	(31.634)
	153.172	-	(162)	1.387	154.397

Imobilizado em curso				
	8.543	3.059	(72)	(1.387)
	161.715	3.059	(234)	-
	161.715	3.059	(234)	-
	2021	Adições	Baixas	Transferências
	2022			
Terrenos	2.407	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	23.191	-	-	31
Máquinas e equipamentos	71.443	-	-	1.914
Reservatórios, barragens e adutoras	83.693	-	-	48
Veículos	583	-	-	2
Móveis e utensílios	357	-	-	49
Sistema Transmissão e Conexão	1.085	-	-	3
(-) Provisão do Valor Recuperável dos Bens Indenizados - Antas I	(31.634)	-	-	-
	151.125	-	-	2.047
	6.911	3.871	(192)	(2.047)
	158.036	3.871	(192)	-
	158.036	3.871	(192)	-

c) Movimentação da depreciação acumulada

	2022	Adições	Baixas	2023
Reservatórios, barragens e adutoras	(25.210)	(1.832)	-	(27.042)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(9.966)	(622)	-	(10.588)
Máquinas e equipamentos	(34.750)	(2.523)	145	(37.128)
Veículos	(368)	(51)	-	(419)
Móveis e utensílios	(324)	(12)	11	(325)
Bens indenizados - Antas I	9.372	915	-	10.287
Sistema Transmissão e Conexão	(488)	(38)	-	(526)
	(61.734)	(4.163)	156	(65.741)
	2021	Adições	Baixas	2022
Reservatórios, barragens e adutoras	(23.379)	(1.831)	-	(25.210)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(9.343)	(623)	-	(9.966)
Máquinas e equipamentos	(32.292)	(2.458)	-	(34.750)
Veículos	(315)	(53)	-	(368)
Móveis e utensílios	(310)	(14)	-	(324)
Bens indenizados - Antas I	8.444	928	-	9.372
Sistema Transmissão e Conexão	(450)	(38)	-	(488)
	(57.645)	(4.089)	-	(61.734)

*Teste de redução ao valor recuperável dos ativos:* para os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor recuperável. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informações, levando em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados, dentre outras. O resultado de tal avaliação para os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução adicional ao valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização adicionais a serem reconhecidas.

**10. Intangível**

	Taxa de amortização	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido	
				2023	2022
Em serviço	20%	128.803	(53.738)	75.065	79.985
Software	20%	291	(291)	-	11
<b>Total do intangível</b>		<b>129.094</b>	<b>(54.029)</b>	<b>75.065</b>	<b>79.996</b>

a) Movimentação do intangível

	2021	Adições	Amortização	2022	Adições	Amortização	2023
UHE Salto Pilão	10.331	-	(674)	9.657	-	(674)	8.983
UBP - Salto Pilão	71.221	-	(4.331)	66.890	598	(4.392)	63.096
PCH Padre Carlos	3.834	-	(503)	3.331	6	(412)	2.925
Antas I	154	-	(47)	107	-	(46)	61
Software	25	-	(14)	11	(6)	(5)	-
Total do intangível	85.565	-	(5.569)	79.996	598	(5.529)	75.065

Contrato de Concessão - UHE Salto Pilão

Ativo intangível relativo ao direito de uso de bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível está sendo amortizado a partir da entrada em operação pelo respectivo prazo remanescente da concessão, e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento. A obrigação decorre do Contrato de Concessão, pelo uso do bem público, a ser recolhido mensalmente à União.

Em "Outros intangíveis" estão registrados os gastos com aquisição de softwares e as respectivas amortizações.

b) Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre 2012 e 2017, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Anel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Anel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuação o risco hidrológico nos termos da Lei 13.203/2015.

Em 02 de março de 2021, a CCEE encaminhou à Anel os cálculos de extensão das concessões do Ambiente de Comercialização Livre - ACL que optaram por aderir às condições propostas pela Resolução Normativa Anel nº 895/2020 e pela Lei 14.052, de 8 de setembro de 2020.

Através da publicação da Resolução Homologatória nº 2.919 de 03 de agosto de 2021, e da Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021, a ANEEL homologou o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e os valores referentes ao caput do art. 2º - D da Lei 13.203, de 2015, em atendimento ao disposto no parágrafo 9º, do art. 6º, da Resolução Normativa ANEEL nº 895, de 1º de dezembro de 2020.

Na Resolução 2.919/21, consta o prazo de extensão de outorga da Usina Padre Carlos (Rolador), sendo este de 1.097 (dias), equivalente a R\$3.608 sendo necessária a adesão a extensão, mediante assinatura do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia e na Resolução 2.932/21 consta o prazo de extensão de outorga da Usina Salto Pilão, sendo este de 1735 dias, equivalente a R\$ 77.479.444,88 (total da usina), também sendo necessária a adesão a extensão, mediante assinatura do Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia.

Sendo assim, com relação ao prazo de extensão de outorga da Usina Padre Carlos (Rolador) a DMEE encaminhou a ANEEL em 08 de outubro de 2021, o "Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia ao Direito de Discutir a Isenção ou a Mitigação de Riscos Hidrológicos Relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE", que dispõe sobre as obrigações e condições as quais o gerador se compromete a cumprir livre e espontaneamente, para fins de atendimento ao art. 2º da Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, que alterou a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015. Neste termo, o gerador declara a aceitação dos prazos de extensão de outorga apresentados nos cálculos efetuados pela CCEE e homologados pela ANEEL, conforme estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.919, de 03 de agosto de 2021 e na Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021.

Já o CESAP encaminhou a ANEEL em 12/11/2021, o "Termo de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e de Desistência e Renúncia ao Direito de Discutir a Isenção ou a Mitigação de Riscos Hidrológicos Relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia - MRE", assinado por todas as consorciadas, que dispõe sobre as obrigações e condições as quais o gerador se compromete a cumprir livre e espontaneamente, para fins de atendimento ao art. 2º da Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, que alterou a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015. Neste termo, o gerador declara a aceitação dos prazos de extensão de outorga apresentados nos cálculos efetuados pela CCEE e homologados pela ANEEL, conforme estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.919, de 03 de agosto de 2021 e na Resolução Homologatória nº 2.932, de 14 de setembro de 2021.

Com base nos dados informados pela CCEE à Anel as usinas da Companhia têm direito aos seguintes prazos de extensão:	Garantia Física não repactuada anteriormente (MW médios)	Estimativa de Extensão da Concessão (dias)
PCH Padre Carlos (Rolador)	4,07	1.097
CESAP	2,62	1.735
Em relação a PCH Padre Carlos, a Resolução Autorizativa nº 14.896, de 10 de outubro de 2023, estendeu novamente a concessão para 02/09/2037.		

b.1) Amortização do Intangível - Repactuação

Segundo o CPC 04, a amortização deve ser iniciada a partir da disponibilização do bem para uso. Como no caso de extensão do direito de outorga o bem já foi construído e está em uso, entende-se que sua amortização deve ser iniciada assim que registrado o novo ativo intangível. Desse modo, o momento de reconhecimento de intangível deve corresponder ao direito de exploração estendido, pelas Leis nºs 14.052/2020 e 14.182/2021, pois cuidam-se de direito de exploração em andamento, cujo ativo intangível já está disponível para exploração, já está em uso.

Com isso, o ativo deverá gerar fluxo de caixa para a entidade, devendo ser amortizado no prazo definido no CPC 04, itens 97 a 106, ou seja, a amortização deve ser apropriada ao longo da vida útil estimada do ativo.

**11. Uso do bem público (CESAP)**

	2023	2022
UBP - CESAP (passivo circulante)	18.392	18.488
UBP - CESAP (passivo não circulante)	224.351	238.394
	242.743	256.882

O Uso do bem público é uma obrigação decorrente do Contrato de Concessão a ser recolhido mensalmente à União a partir do início da operação comercial e até o 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico o montante de R\$510.000 (base de preços de outubro de 2001). A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo prazo da concessão.

A obrigação foi registrada no passivo em julho de 2009, data da Licença Ambiental de Operação do Consórcio, e vem sendo atualizado pelo IGPM e IPCA, conforme estabelecido no Contrato de Concessão e seus Aditivos. Esta obrigação foi contabilizada originalmente ajustada a valor presente.

**12. Impostos e contribuições sociais**

	2023	2022
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	4.915	762
CSLL – Pessoa Jurídica	2.057	1.910
COFINS	864	982
PIS PASEP	180	204
Outros	229	588
	8.245	4.446

**13. Patrimônio líquido**

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022, subscrito e totalmente integralizado é de R\$254.431 divididos em 215.696.330 ações ordinárias, nominativas tendo como único acionista a sociedade DME Poços de Caldas Participações S.A.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva de lucros

As reservas de lucros são contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da Companhia. O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de R\$77.277, que compreende: i) Reserva de retenção de lucros, no valor de R\$3.668, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76; e ii) Reserva de Lucros, no valor de R\$73.609, conforme previsto no § 4º do art. 182 da Lei 6.404/76.

d) Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendo mínimo de 25% e dividendo adicional de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Dividendos adicionais declarados ainda não aprovados, só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Dessa forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

Em 2023, a Companhia apurou dividendos mínimos obrigatórios (25%) e dividendos adicionais (25%), no valor total de R\$42.404, correspondente a 50% do lucro líquido do exercício ajustado.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	89.271	64.534
(-) Reserva legal (5%)	(4.463)	(3.227)
Base de cálculo	84.808	61.307
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	21.202	15.327
Dividendos adicionais estatutários (25%)	21.202	15.327
Dividendos	42.404	30.654

Os juros sobre capital próprio pagos no exercício de 2023, calculados sobre as contas do patrimônio líquido, aplicando-lhes a taxa de juros de longo prazo do respectivo período, no valor total líquido de R\$13.740 (R\$16.165 bruto em 2023 e R\$17.335 bruto em 2022), são imputados aos dividendos obrigatórios, dando-se por liquidada tal obrigação.

**14. Receita operacional líquida**

a) Receita com fornecimento de energia

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre ela. A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia e o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2023	2022
Suprimento de energia elétrica	70.985	71.195
Comercialização de energia	31.050	65.468
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	3.610	2.393
Usina Antas I - regime de cotas	7.728	6.514
	113.373	145.570
<b>Deduções da receita operacional</b>		
PIS/Pasep	(1.888)	(2.407)
COFINS	(8.696)	(11.109)
Encargos do consumidor - P&D	(588)	(577)
Taxa de fiscalização ANEEL	(196)	(180)
ICMS - Comercialização com terceiros	(18)	(447)
Compensação financeira recursos hídricos	(1.553)	(1.145)
	(12.939)	(15.865)
	100.434	129.705

**15. Custos e despesas operacionais**

	2023	2022
Pessoal	3.950	3.856
Material	262	220
Serviços de terceiros	2.726	2.936
Arrendamentos e alugueis	54	72
Seguros	136	120
Doações, contribuições e subvenções - CESAP	49	35
Provisão para litígios trabalhistas - CESAP	34	-
Reversão de provisão para litígios trabalhistas - CESAP	(63)	(29)
Recuperação de despesas	(12)	(28)
Tributos	126	132
Depreciação	3.583	3.637
Amortização - UBP	3.394	3.394
Amortização - Direito de extensão de concessão REH 2.919/21	2.109	2.036
	16.348	16.381

	2023	2022
CCEE - risco hidrológico	2.753	2.509
CCEE - Câmara Comercialização de Energia	1.812	1.283
Lux Energy Comercializadora de Energia Ltda	1.674	-
BAESA - Barra Grande Energia S.A.	18	4.074
Brasil Comercializadora de Energia S/A	-	9.713
Boven Comercializ. Energia Ltda	-	8.297
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	-	3.819
Maxima Comercializadora de Energia Ltda	-	3.793
Kroma Comercializadora de Energia Ltda	-	578
Rio Alto Comercializadora de Energia Ltda	-	143
Focus Energia Ltda	-	57
	6.257	34.266

Encargos:		
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	2.315	2.384
Encargos de Transmissão - RE - TUSD	1	1
	2.316	2.385

(-) Créditos recuperáveis	(981)	(3.149)
	7.592	33.502

A partir de 1º de janeiro de 2012, a DMEE não efetuou mais compra de energia para revenda da sua coligada SEFAC e toda a energia da SEFAC referente ao take da DMEE está sendo vendida no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

**17. Despesas gerais e administrativas**

	2023	2022
Pessoal	4.606	4.346
Administradores	2.527	2.407
Material	85	1.867
Serviços de terceiros	1.746	2.353
Seguros	15	29
Provisão	25	287
Reversão da provisão	(42)	(38)
Recuperação de despesas	(3)	(3)
Tributos	21	21
Depreciação	249	226
Amortização - Intangível ETAU	217	217
Amortização - Intangível SEFAC	420	420
	9.866	12.132

**18. Outras despesas e receitas operacionais**

	2023	2022
Outras receitas operacionais:		
Serviço de operação e manutenção – IP (1)	6.480	15.918
Receita de prestação de serviços	164	201
Tributos sobre a receita	(624)	(1.501)
Arrendamentos e alugueis	1	1
Outras receitas operacionais	6	-
	6.027	14.619
Outras despesas operacionais:		
Compartilhamento de infraestrutura	(224)	(191)
Serviço de operação e manutenção – IP (1)	(3.990)	(11.427)
Outras despesas operacionais	(191)	(165)
	(4.405)	(11.783)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	1.622	2.836

(1) Conforme nota explicativa nº 06, em janeiro de 2022 foi firmado entre a DMEE e a empresa Ilumatic S/A, o Contrato de Fornecimento nº 001/2022, cujo objeto se refere a aquisição de luminárias de LED para o Projeto Poços 100% LED. Para este projeto estão sendo utilizados recursos da Contribuição de Iluminação Pública - CIP

19. Receitas e despesas financeiras líquidas		
	2023	2022
<b>Receita financeira</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	41.330	33.210
Encargos financeiros - UBP	5.084	-
Juros Ativos	484	-
Descontos Obtidos – Ilumatic (1)	333	-
Outras receitas financeiras	255	151
(-) Despesa com PIS e cofins sobre receita financeira	(2.416)	(1.763)
	45.070	31.598
<b>Despesa financeira</b>		
Encargos financeiros UBP Salto Pilão	(3.692)	(18.057)
Uso do bem público - UBP - AVP	(5.235)	(5.267)
Descontos Obtidos – Ilumatic (1)	(333)	-
Atualização financeira - P&D	(6)	(1)
Outras despesas	(155)	(59)
	(9.421)	(23.384)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		
	35.649	8.214

honorários pela extinção do processo em face da Bio Energia, considerado pela sua Assessoria Jurídica como risco de perda provável. Também com relação a Bio Energias Comercializadora, foi registrado o montante de R\$535 devido ao premente risco de condenação em honorários face a competência do juízo arbitral.

A companhia também registrou o montante de R\$306 a título de honorários, onde aguarda-se apenas o levantamento de valores já bloqueados em conta corrente, referente a dois processos cíveis em fase de extinção.

II - A Companhia possui processo judicial trabalhista da UHE Salto Pilão, da ordem de R\$38, considerado como perda provável pela Administração, registrado por apropriação na proporção de sua participação no Consórcio empresarial Salto Pilão.

**22. Instrumentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2023, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado e ao valor contábil.
- Contas a Receber/Outros Créditos- são, basicamente, classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

**Nível de hierarquia**

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

- Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos;
- Nível 3 - ativos e passivos que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo. A totalidade dos instrumentos financeiros identificados pela Companhia foram valorizados conforme Nível 2:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	<b>347.827</b>	297.712
Aplicação CESAP	<b>103</b>	191
	<b>347.930</b>	297.903

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 se aproximam de seus valores contábeis.

**23. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, como risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

- Risco de crédito - advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos obtidos com venda de energia.
- Risco quando a escassez de energia – a Companhia, assim como o Sistema Elétrico Brasileiro, tem fonte de energia oriunda, predominantemente, de geração hidrelétrica. Uma hidrologia desfavorável, com energia natural afluente e volume armazenado dos reservatórios abaixo dos níveis históricos, resulta em: (a) impacto do GSF (Generation Scaling Factor) na garantia física das usinas, obrigando a compra de energia no curto prazo ou no mercado livre para suprir esse corte; (b) Despacho constante de térmicas para atender a demanda do país, que são fontes mais caras que as hidroelétricas, assim como a diversificação da matriz como fontes como eólica e solar, que são intermitentes; (c) Preços de Liquidação das Diferenças (PLD) elevados e com alta volatilidade, assim como os preços praticados no mercado livre.
- Risco de liquidez - a previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pela Diretoria Comercial-Financeira, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As sobras de caixa estão totalmente aplicadas em ativos financeiros equivalentes a caixa.

**24. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

(a) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Nota 3

(b) Provisão para contingências: Nota 21

**25. Cobertura de seguros**

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2023 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.

Marcelo Dias Loichate - Diretor Superintendente  
Marcos Rogério Alvim - Diretor Comercial-Financeiro  
Marco César Castro de Oliveira - Diretor Técnico  
Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi - Contadora - CRC-MG090512/O-2



## MANTIQUEIRA EDICAO DIGITAL 24 04 2024 DME ENERGETICA S A DMEE RELATORIO DA ADMINISTRACAO pdf

Código do documento 5aabff85-faf9-4090-a92f-69c5030a502d



### Assinaturas



EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101  
Certificado Digital  
anuncio@mantiqueira.inf.br  
Assinou

### Eventos do documento

#### 24 Apr 2024, 07:42:00

Documento 5aabff85-faf9-4090-a92f-69c5030a502d **criado** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE\_ATOM: 2024-04-24T07:42:00-03:00

#### 24 Apr 2024, 07:42:24

Assinaturas **iniciadas** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE\_ATOM: 2024-04-24T07:42:24-03:00

#### 24 Apr 2024, 07:42:45

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101 **Assinou** Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. IP: 187.87.115.90 (187-87-115-90.as28220.net porta: 27400). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC CONSULTI BRASIL RFB,OU=A1,CN=EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101. - DATE\_ATOM: 2024-04-24T07:42:45-03:00

### Hash do documento original

(SHA256):9f8f33059d21a606f37c69607c291c978efacc907fb435bf089a2c444b46ef62  
(SHA512):4cd3935f9efed4fb0df46a4ee80206fde8e30ef727d65db6f354048a069ec87fd7491c4c7aac04d3b717c538593c93803b059c6fe7bdd80373caab1d5abbde46

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**